

Banco Central reduz taxa de juros

Inflação do Brasil está baixa e segue em queda. Em face disso, pela quarta vez seguida, o Banco Central baixou os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic em 0,75%. **Página 4**

SELIC

Banco Central cortou com força

Em face de uma inflação baixa e em queda, o Copom do BC rebaixou para 12,25% ao ano a taxa de referência dos juros brasileiros



Helvécio Cardoso

Da editoria de **Cidades**

O mercado já esperava por isso. Nem todos, porém, acreditavam que o corte fosse de 0,75%, um corte bem ousado para os padrões atuais da autoridade monetária. Pela quarta vez seguida, o Banco Central baixou os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic em 0,75%, conforme anunciou no começo da noite de ontem, em nota, o Banco Central. A taxa caiu de 13% ao ano para 12,25% ao ano.

Com esta redução, a Selic retorna ao nível de março de 2015, quando também estava em 12,25% ao ano. De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano, no menor nível da história, e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015. Somente em outubro do ano passado o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia.

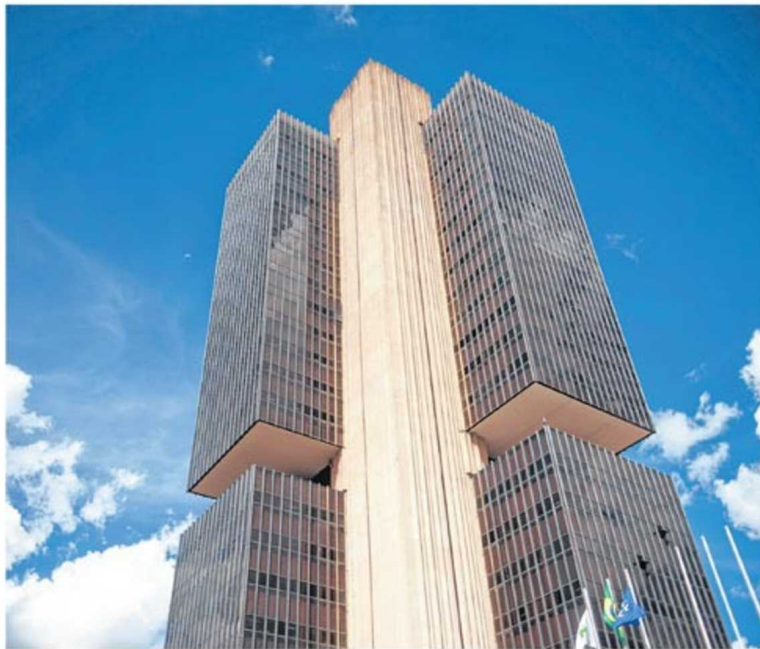
Em comunicado, o Copom informou que a inflação está perdendo força em todos os setores da economia, com ajuda dos alimentos. “O comportamento da inflação permanece favorável. O processo de desinflação é mais difundido e indica desinflação nos componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária. Houve ainda uma retomada na desinflação dos preços de alimentos, que constitui choque de oferta favorável”, destacou.

De acordo com a nota, o Banco Central admitiu que algumas projeções internas baseadas nas estimativas das instituições financeiras podem abrir espaço para os juros básicos caírem quase três pontos percentuais até o fim do ano. “O cenário de mercado, as projeções do Copom recuaram para em torno de 4,2% em 2017 e mantiveram-se ao redor de 4,5% para 2018. Esse cenário embute hipótese de trajetória de juros que alcança 9,5% e 9% ao ano, ao final de 2017 e 2018, respectivamente”, acrescentou o texto.

EXPECTATIVAS FUTURAS

Com efeito, não havia como manter a Selic no patamar de 13%. A inflação está em queda e muitos já projetam um índice, para este ano, abaixo da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, que é de 4,5%. Este processo de desinflação dá margem a que o Copom, como se afirmou na última ata da repartição, promova uma “flexibilização da política monetária”. Trocando em miúdos: redução da taxa Selic.

Um corte substancial da taxa seria ótimo para a recuperação da economia, que já está em estado de depressão, embora nem o governo nem as “instituições financeiras” o admitam. Na verdade, segundo o



Banco Central, as “instituições” já veem sinais de recuperação. Onde eles estão, para serem vistos pelas “instituições”, é um mistério.

Economistas não vinculados ao governo ou às “instituições financeiras” não conseguem ver estes sinais. Alguns renomados cientistas econômicos, com respeitável cartel de acertos, acham que, na verdade, ainda estamos longe de uma melhora. Na melhor das hipóteses, teremos a desaceleração do ritmo de piora.

CADÊ A RECUPERAÇÃO?

Segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira, ex-ministro da Fazenda no governo Sarney e ex-ministro da Cultura no governo Fernando Henrique Cardoso, ex-tucano, “não estamos saindo da recessão”. O entendimento dele é que é que “nunca houve uma recessão tão forte que eu me lembre no Brasil”. Bresser avalia que a crise atual é financeira das empresas. Não é uma crise financeira de balanço de pagamento nem uma crise financeira dos bancos. O ex-ministro afirma que o governo não tomou a única medida contracíclica sequer.

“Espero que aconteça alguma recuperação, apesar da política do governo, que é contra. O governo tem trabalhado firme e determinadamente para aprofundar a recessão e impedir a retomada da economia. Suponho que vai haver alguma recuperação, dado o caráter cíclico do capitalismo”, concluiu Bresser.

José Luís Oreiro, professor da UFRJ, disse que “para que a economia possa sair da crise, em que ela está funcionando abaixo do potencial, é preciso ter expan-

são da demanda. Entretanto, não estou vendo vetor de crescimento da demanda para 2017: nem consumo, nem investimento, nem gasto do governo, nem exportações. O que poderia talvez ajudar um pouco seria destravar as concessões de obras de infraestrutura. Mas não tenho visto muita movimentação do governo nesse sentido”.

Para Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute, “existe uma euforia meio carnavalesca no Brasil nas últimas semanas, mas os indicadores são muito ruins ainda. Não dá para dizer que há sinais de virada. É exagero carnavalesco. A economia conseguiu transitar do péssimo para o muito ruim. Isso dá uma impressão de melhora e as pessoas tendem a ficar um pouco eufóricas. Não é uma virada de nível e não significa agora que a economia esteja crescendo já. Não há nada que vá fazer 2017 ser um ano de virada”.

Segundo a pesquisadora, “não há demanda doméstica com força suficiente para gerar esse tipo de crescimento. Também o lado externo não vai ajudar. O crescimento mais forte a médio prazo está longe de estar garantido. Não vejo como isso será possível, uma vez que a produtividade está lá embaixo. E a única coisa que gera expectativa de crescimento sustentável é aumento de produtividade, coisa que o Brasil não tem”.

Marcio Pochmann, professor da Unicamp, chama a atenção para a depressão no setor industrial. Disse ele: “Não vejo dinamismo que possa indicar uma recuperação da economia, que leve a um ciclo de investimento. O que nós podemos ter é uma situação na qual a economia segue estagnada. Pode até apresentar um in-

dicador positivo, levemente acima de zero, mas para mim isso não significa recuperação. Afirma ele que “o PIB potencial está encolhendo. Eu não diria que está ocorrendo uma depressão como em 1930, mas existe uma depressão especialmente no setor industrial. Entre 10 e 15 indústrias estão sendo fechadas a cada mês em São Paulo. Não há saída econômica que possa reverter esse cenário. A maior dificuldade é o tema da política. Uma saída seria um acordo entre o governo e o setor produtivo para dar garantias de que a economia não vai voltar a cair”.

Até a turma da roleta financeira está pessimista. A projeção de instituições financeiras para o crescimento da economia (Produto Interno Bruto – PIB – a soma de todas as riquezas produzidas pelo país), este ano, foi mantida em 0,48%. Para o próximo ano, a expectativa é que a economia cresça 2,3%, a mesma estimativa da semana passada. Mais pessimista, só o FMI, que projeta um crescimento de apenas 0,2% em 2017.

MEDO DA INFLAÇÃO

Economistas do governo e das “instituições financeiras”, que tentam determinar a etiologia da crise, afirmam que a causa eficiente desta é o desequilíbrio das contas públicas. O setor público, dizem, gasta demais, gasta mais do que arrecada, o que obriga o governo a financiar seus déficits aumentando a dívida pública, que exige aumento dos juros para despertar o interesse do mercado em emprestar dinheiro aos governos. Terapia recomendada: promover um ajuste fiscal intenso, cortar gastos, privatizar tudo que for privatizável, mudar as regras da previdência,



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Em comunicado, o Copom informou que a inflação está perdendo força em todos os setores da economia, com ajuda dos alimentos

flexibilizar a política monetária com prudência e parcimônia.

Os dados mais recentes, porém, comprovam o que economistas de outras correntes vêm alertando há tempos. A raiz da crise é a retração da demanda. Mesmo o processo deflacionário pelo qual estamos passando seria insuficiente para reaquecê-la. O mercado, por si só, combatido como está, não tem forças para sair da depressão, até porque tem havido uma onda de desinvestimento geral. Tanto governos como iniciativa privada estão adiando investimentos e deixando de realizar os investimentos já programados. A inflação baixa seria uma combinação de retração da demanda com estoques muito elevados. Uma vez que os níveis dos estoques volte ao normal, com baixa produção, a tendência é os preços voltarem a subir, a despeito da demanda permanente em baixa. Terapia recomendada: o governo teria que aumentar seus gastos para reaquecer a demanda, retomando obras paradas, iniciando novas. Em suma, promovendo um New Deal bem keynesiano. Mas isto está fora das cogitações do governo Temer, que segue levando a maior fé no “Novo Regime Fiscal”.

A Selic é um dos instrumentos usados para influenciar a atividade econômica e, consequentemente, a inflação. Quando o Copom aumenta a Selic, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isto se refle-

te nos preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito ao consumidor e estimulam a poupança. Quando o Copom diminui os juros básicos, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação. A questão é: uma redução de pifio meio por cento teria força para reaquecer a demanda? Talvez o Copom decepe positivamente os que estão fora do mercado financeiro, promovendo um corte mais audacioso da taxa. O cenário está propício para fazer isso, já que a inflação não apenas está sendo revisada para baixo. A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu pela sétima semana consecutiva, ao passar de 4,47% para 4,43%. A estimativa está abaixo do centro da meta de inflação, que é 4,5%. A meta tem limite inferior de 3% e superior de 6%. Para 2018, a estimativa para o IPCA segue em 4,5%.

Quem acompanha as atas do Copom, desde os tempos em que Henrique Meirelles presidiu o Banco Central, percebe facilmente que os membros do comitê têm sacrosanto horror a altas inflacionárias. Um corte ousado da Selic, induzindo o reaquecimento da demanda, pode estacionar a desinflação, ou, pior ainda, inverter para de alta a trajetória de queda. A aposta de um corte tímido de apenas 0,5% é, portanto, a mais acertada.